DA NULIDADE RELATIVA POR DESCUMPRIMENTO DO § 7º, DO ART. 17, DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Francisco Sagres Macedo Vieira
Procurador de Justiça no Estado da Paraíba

1 Introdução

Não raras vezes, na defesa da ordem econômica, política e social, e dos princípios norteadores da conduta dos administradores públicos e agentes políticos em geral, o Ministério Público, quando do manejo da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, enfrenta teses de defesa variadas, dentre elas preciosismos formais em relação ao trâmite processual específico, mais precisamente sobre a realização da notificação prévia dos processados, como requer o §7º, da Lei de Improbidade Administrativa, de nº 8.429/92.

O presente estudo pretende, então, em linhas sucintas, demonstrar que o descumprimento de tal oportunidade de defesa prévia dos réus não constitui nulidade absoluta, ao contrário, por exemplo, do que entendeu a 2ª Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba¹, em julgamento do Recurso de Apelação Cível de fls. 1.394/1.404, processo nº 027.2001.001135-4/001, que por votação unânime, anulou, de ofício, a sentença de primeiro grau, por entender que, em não tendo sido cumprida a exigência do § 7º, do art. 17, da Lei de Improbidade Administrativa², o julgamento incorreu em

1 AÇÃO CIVIL PÚBLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – EX-PREFEITO MUNICIPAL – PRESTADORES DE SERVIÇOS – LIMINAR CONCEDIDA – SENTENÇA CONFIRMATÓRIA – INDISPONIBILIDADE DE BENS E QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO DO EX-ALCAIDE – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO PROMOVIDO PARA APRESENTAR DEFESA PRELIMINAR – PREVISÃO DO § 7º, DO ART. 17, DA LEI Nº 8.429/92 – DISPOSITIVO ACRESCIDO PELA MP 2088-35, PUBLICADA EM 28.12.2000 – AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA, CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – CONSTATAÇÃO – NULIDADE ABSOLUTA – MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA – COGNIÇÃO DE OFÍCIO – IMPOSSIBILIDADE DE SANATÓRIA – DECLARAÇÃO DE NULIDADE.

Tendo a ação sido proposta após a vigência da MP 2088-35/00, posteriormente reeditada pela MP 2225/01, sem que tenha sido observada a necessidade de notificação prévia ao demandado, para oferecer manifestação por escrito, antes do recebimento da ação, nula a citação efetivada, devendo ser renovados os atos processuais, com decretação da nulidade do processo, a partir da citação.

Conjugadas tais disposições com a norma do art. 5º, inciso LIV, da Magna Carta, segundo o qual 'ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal', conclui-se que, por mais evidente que pareça a prática dos mencionados atos de improbidade, o deferimento da liminar – se for o caso – não pode prescindir daquele minimum de contraditório previsto nos dispositivos legais acima transcritos. (Grifos nossos)

2 Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de 30 (trinta) dias da efetivação da medida cautelar.

§ 7º. Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo

afronta aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

2 Cotejo analítico

Sabemos que quando o constituinte previu, no art. 5º, LV, da Constituição Federal, a garantia ao exercício da ampla defesa e do contraditório, sua intenção foi evitar medidas arbitrárias, sejam judiciais ou administrativas, no mais puro e amplo resguardo às Instituições de um Estado verdadeiramente Democrático de Direito.

Sendo assim, mesmo perante as representações da Soberania Interna, o indivíduo, agora na qualidade de cidadão e não mais de súdito, estará em pé de igualdade sempre que discutida a possibilidade de privação de alguma das garantias que lhe são asseguradas, sobretudo constitucionalmente, como a liberdade e o patrimônio.

E esta igualdade (*par conditio*) se manifestará no poder de resposta, na apresentação de provas, de contra-argumentações às acusações imputadas ao acusado, seja no processo administrativo, seja no judicial.

Sendo assim, o devido processo legal, mostrando-se como medida protetiva tanto formal quanto material, também se configurará como cumprimento ao princípio da razoabilidade, já que atua como extirpador de possíveis arbitrariedades, irrazoabilidades ou desproporcionalidades das condutas administrativas do Poder Público.

É o que preleciona o Mestre Alexandre de Moraes³:

Assim, embora no campo administrativo não exista necessidade de tipificação estrita que subsuma rigorosamente a conduta à norma, a capitulação do ilícito administrativo não pode ser tão aberta a ponto de impossibilitar o direito de defesa, pois nenhuma penalidade poderá ser imposta, tanto no campo judicial quanto nos campos administrativos ou disciplinares, sem a necessária amplitude de defesa.

Entretanto, de uma leitura conjugada dos dispositivos constitucionais, de considerações lógicas acerca do que prevê nosso ordenamento jurídico, e do exame das vicissitudes do caso concreto, não será sempre que se terá a figura de um acusado tolhido em seu direito de defesa, como pretendemos demonstrar no esforço de interpretação acerca do dever de cumprimento

de quinze dias.

3 MORAES, Alexandre. *Constituição do Brasil interpretada e Legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 361.

do que prevê o art. 17, § 7º, da Lei de Improbidade Administrativa (LIA).

Para a garantia da interpretação jurisprudencial fidedigna da legislação federal, especificamente o art. 17, § 7º, da LIA, e o art. 244, do CPC (que trata da validade dos atos processuais que alcançaram a finalidade do ato não praticado), haveremos de entender que a ausência de notificação dos réus para apresentarem defesa preliminar, como dispõe o art. 17, § 7º, da Lei de Improbidade Administrativa⁴, não afronta os princípios da ampla defesa e do contraditório (Art. 5º, LV, da Carta Política) quando os réus, depois de devidamente citados, e apresentando contestação nos autos, na qual expõem toda matéria de defesa possível, silenciam acerca dessa omissão.

Isso porque o § 7º, do art. 17, da LIA, não faz advertência alguma do tipo “sob pena de nulidade”, no caso de não ser efetivada a notificação. Assim, se por outro modo os atos subsequentes alcançarem a finalidade daquele que não se verificou, tem-se por sanada a irregularidade. Até porque a finalidade do ato de notificação é de propiciar aos réus o direito de defesa e, como sabemos, por via de regra, esta se dá através da peça de contestação, na qual se podem denunciar quaisquer pechas, inclusive a falta de cumprimento da diligência prevista na legislação específica, o que leva à compreensão de que, assim, resta plenamente exercido o mencionado direito constitucional. Destarte, de se considerar – repita-se – sanado o vício, mormente quando por esta mesma razão não se evidenciam quaisquer prejuízos à defesa dos acusados, tudo em nome do princípio da instrumentalidade das formas, pelo qual se considera atingida a finalidade do primeiro ato não praticado, com a efetivação do ato seguinte.

É a inteligência que se extrai da leitura conjunta dos arts. 244, 249, 250, do Código de Processo Civil:

Art. 244. Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Art. 245 - A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

Art. 249. O juiz, ao pronunciar a nulidade, declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a

4 Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de 30 (trinta) dias da efetivação da medida cautelar.

§ 7º. Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.

fim de que sejam repetidos, ou retificados.

§ 1º O ato não se repetirá nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar a parte.

Art. 250. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais.

Parágrafo único. Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo à defesa.

Em tese contrária, no bojo do processo 027.2001.001135-4/001, o Tribunal de Justiça da Paraíba entendeu que:

Com efeito, no despacho evidencia-se que os réus não foram notificados para apresentar manifestações prévias ao recebimento da inicial, oportunidade em que poderiam oferecer defesas, visando afastar o início da ação de improbidade administrativa.

A inobservância da norma mencionada, prevista na legislação infraconstitucional, facultando a prévia manifestação escrita dos requeridos, acaba por ferir os princípios constitucionais da ampla defesa, bem como o contraditório, podendo-se qualificar tal procedimento de ‘pré-contraditório’, conforme definiu o Rel. Min. Carlos Britto na Pet. 3067/MG.

Nesta senda, não há como sustentar a relatividade da nulidade posto que os prejuízos porventura experimentados pelo promovido não seriam sanados no decorrer do procedimento. Além disso, tenho que a afronta a princípios de ordem constitucional, como, in casu, o da ampla defesa, contraditório e devido processo legal dão azo à nulidade absoluta, logo, insanável.

Por fim, assinala-se que a afronta a princípios constitucionais é tida como matéria de ordem pública, cuja cognição independe de arguição das partes, tendo o julgador, inclusive, obrigação de conhecer e declarar a nulidade dela decorrente. Por conseguinte, despiciendo adentrar na análise das demais insurgências, ditas preliminares e meritórias, devolvidas no recurso manejado.” (grifos nossos)

Em que pesem as considerações acima expendidas, a nulidade verberada em caso de ausência de notificação dos réus, em sede de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, consiste apenas em caso de nulidade relativa, que, portanto, não dá azo ao seu conhecimento

ex officio, na conformidade da jurisprudência solidificada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em caso semelhante. Vejamos:

Acórdão: Agravo de Instrumento 2003.002479-4
Relator: Newton Trisotto Data da Decisão: 01/12/2003
EMENTA: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - AUSÊNCIA - LEI 8.429/92, ARTS. 16, § 1º, E 17, §§ 7º E 8º - NULIDADE RELATIVA - PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - CAUTELAR - INDISPONIBILIDADE DE BENS - PEDIDO FORMULADO NA AÇÃO PRINCIPAL - ADMISSIBILIDADE - BENS ADQUIRIDOS APÓS OS ATOS DE IMPROBIDADE - MONTANTE DO PREJUÍZO - BENS INDISPONÍVEIS 1. “As exigências legais hão de ser interpretadas por critérios presididos pela razoabilidade e não se pode perder de mente que a lei é feita com vistas a situações típicas que prevê, merecendo ser modelada, conforme o caso, segundo as peculiaridades de casos atípicos” (DINAMARCO, Cândido Rangel). Se a formalidade processual visa assegurar a ampla defesa, v. g., a sua inobservância não constituirá causa de nulidade do processo se evidente a ausência de prejuízo ao seu exercício. 2. “A falta de notificação preliminar na hipótese de crimes funcionais é causa de nulidade relativa, que deve ser alegada no momento oportuno, ficando sanada com a preclusão. Deve ser argüida nas alegações finais e não pode ser reconhecida pelo tribunal em recurso exclusivo da acusação. Tem-se exigido, também, a prova do prejuízo” (MIRABETE). Por analogia, essa regra aplica-se à notificação de que trata a Lei 8.429/92 (art. 17, § 7º). 3. “A indisponibilidade de bens na ação civil pública por ato de improbidade pode ser requerida na própria ação, independentemente de ação cautelar autônoma” (REsp n.º 469.366, Min. Eliana Calmon), e deve recair sobre bens suficientes para assegurar a reparação do dano causado ao erário e não somente sobre aqueles adquiridos posteriormente aos atos supostamente de improbidade (REsp n.º 226.863, Min. Humberto Gomes de Barros; AI n.º 2001.011395-3, Des. Newton Janke).

Isso porque os julgadores devem atentar tanto para o fato de que o ato seguinte, a saber, a citação válida, supre a ausência verificada (haja vista que os réus podem apresentar contestação, na qual exercem amplo direito de defesa), quanto para o fato da possibilidade de silêncio ou omissão quando da primeira oportunidade de manifestação oportunizada

aos acusados, que enseja a preclusão sobre a discussão da matéria.

O teor do julgado acima transcrito, da Lavra do Des. Newton Trisotto, esclarece que:

O direito processual, como todo o ordenamento jurídico, rege-se por princípios. Para Nelson Nery Júnior, “os princípios são, normalmente, regras de ordem geral, que muitas vezes decorrem do próprio sistema jurídico e não necessitam estar previstos expressamente em normas legais, para que se lhes empreste validade e eficácia” (Princípios fundamentais - teoria geral dos recursos, RT, 1997. p. 109). Com ele consoam Luiz Guilherme Marinoni e José Carlos Barbosa Moreira:

“Os princípios beneficiam-se de uma objetividade e presencialidade normativa que os dispensam estarem consagrados expressamente em qualquer preceito” (A antecipação da tutela, 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 171).

“O ordenamento jurídico, evidentemente, não se exaure naquilo que a letra da lei revela à primeira vista. Nem é menos grave o erro do julgador na solução da quaestio juris quando afronte norma que integre o ordenamento sem constar literalmente de texto algum” (Comentários ao código de processo civil, 7. ed., v. V, p. 129).

Interessa, in casu, perquirir sobre o princípio da instrumentalidade das formas.

1.2. Na exposição de motivos do projeto do Código de Processo Penal remetido ao Presidente da República, destacou o Ministro da Justiça Francisco Campos: “O projeto não deixa respiradouro para o frívolo curialismo, que se compraz em espiohar nulidades. É consagrado o princípio geral de que nenhuma nulidade ocorre se não há prejuízo para a acusação ou a defesa”.

Esse princípio, traduzido no vetusto brocardo jurídico *pas de nullité sans grief*, foi acolhido no Código de Processo Civil: “Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade” (CPC, art. 244).

A respeito do tema, da doutrina e da jurisprudência extraio as lições que seguem:

“A instrumentalidade das formas é uma regra de grande amplitude e não se limita às nulidades relativas, como

insinua o art. 244 do Código de Processo Civil. Diz ele, literalmente, que 'quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade'. O grande mérito desse dispositivo é a fixação da finalidade, ou escopo, como parâmetro a partir do qual se devem aferir as nulidades. A doutrina e os tribunais, todavia, com todo acerto, desconsideram a aparente ressalva contida nas palavras sem cominação de nulidade, entendendo que, mesmo quando absoluta a nulidade e ainda quando esteja cominada pela lei, a radicalização das exigências formais seria tão irracional e contraproducente quanto em caso de nulidade relativa [o grifo não consta no original].

Constitui também projeção da regra da instrumentalidade das formas, como reiteração do que diz o art. 244, a disposição do art. 249, § 1º do Código de Processo Civil, *segundo a qual o ato não se repetirá nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar a parte. Tal é a manifestação positivada da máxima pas de nullité sans grief e, ao impô-la assim de modo tão explícito, quis o legislador apoiar-se no binômio escopo-prejuízo, deixando bem claro que nada se anula quando o primeiro houver sido obtido e, conseqüentemente, este não existir.*

Também a disposição do art. 249, § 2º, do Código de Processo Civil está ligada à grande premissa representada pela instrumentalidade das formas, porque o julgamento de mérito que o juiz ou tribunal proferir a seu favor será clara demonstração de que a inobservância das formas não lhe foi prejudicial (supra, n. 713)” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. Malheiros, 2002. 2v. p. 600-601).

“Alguns princípios norteiam a teoria das nulidades. Assim, os princípios da economia, da preclusão, da legalidade das formas, do interesse (*pas de nullité sans grief*), da finalidade. Razão, no entanto, assiste a Amaral Santos quando sintetiza todos eles no ‘princípio da instrumentalidade das formas e dos atos processuais’, segundo o qual, aduza-se, o processo deve ser entendido como instrumento, meio e não fim, evitando-se, quanto possível, a generalizada invalidação de atos defeituosos perfeitamente sanáveis ou supríveis. Mesmo porque, conforme a difundida advertência atribuída a Chiovenda, ‘a necessidade de servir-se do processo para obter justiça não deve reverter em prejuízo de quem tem razão’.

É ainda em Galeno Lacerda que se vê proclamado que o interesse público preponderante no processo reside em sua instrumentalidade, pois é ele meio de realização da justiça, ‘trajetória a ser seguida na busca da verdade de direito material, o instrumento para concretização da justiça’.

(...)

“A fonte das formas é a lei, cabendo ao juiz mitigar as exigências do ordenamento, toda vez que, a despeito da forma, o ato processual tiver alcançado a sua finalidade. *Assim, o vício de forma ao realizar-se a citação não assume relevo se o demandado comparece ao processo. O fim alcançado torna de somenos a postergação da forma. Isto porque, a forma, como meio ou instrumento, não deve infirmar a questão de fundo, que é a substância do ato em si. A finalidade sobrepõe-se a simples obediência das regras processuais. Essa tônica é reflexo do ‘princípio da instrumentalidade concebido no art. 244 do Código de Processo Civil, no sentido de que os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram idealizados.*

Desatendida a forma, por mais simples que seja, e não alcançado o fim proposto, impõe-se destituir o ato de qualquer eficácia que pretendia produzir.

Essa visão instrumental inspira uma série de regras *in procedendo* que o juiz deve observar antes de retirar a eficácia do ato processual praticado em detrimento do andamento do processo.

Em primeiro lugar, o juiz deve verificar ‘se o ato, malgrado irregular, atingiu a sua finalidade’. Em segundo lugar, ‘avaliará se a irregularidade causou prejuízo’, isto é, prejudicou a parte, como, v.g., a citação mesmo irritual cuja comunicação logrou chegar ao conhecimento do réu sem comprometer o ‘direito de defesa’, ou mesmo, se puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveita a declaração de nulidade, conforme regra textual de aplicação do prejuízo (pas de nullité sans grief) – art. 249, § 2º, do CPC.

Concluindo pelo atingimento da finalidade e pela ausência de prejuízo, o processo prossegue sem sancionar-se o ato com a nulidade, aproveitando-o tal como se nada de irregular tivesse acontecido. Ao revés, atentando o juízo para a ‘ineficácia do ato, ou caso de falta’, determina a prática do ato” (FUX, Luiz. *Curso de direito processual civil*. São Paulo: Forense, 2001. p. 360-362).

“O tratamento das nulidades, nesse aspecto, seguiu

a tendência que se manifestou historicamente no desenvolvimento do processo, com a rejeição do formalismo rígido, com a valorização do papel das partes, as conquistas dos direitos processuais e a garantia de sua participação em igualdade de condições na formação do procedimento.

Se a finalidade do ato é cumprida e se o prejuízo inexistente, não se pode aplicar a nulidade potencialmente prevista para o ato defeituoso, que recebe o mesmo tratamento reservado para o ato regular.

Segundo estatui o C. Pr. Civil, quando os atos processuais dependem de forma determinada, mas a lei não comina nulidade para aqueles praticados com inobservância da forma prescrita, o Juiz deve considerar válido o ato que, praticado por outro modo, lhe alcançar a finalidade (art. 244 do C. Pr. Civil). Contudo, o juiz não mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta, se não houver prejuízo para a parte (art. 249, § 1º).

Finalidade e prejuízo no processo são conceitos muito próximos, que se entrelaçam.

A finalidade do ato processual é de construir o procedimento válido para que possa ser, validamente, emanado o provimento. Cada ato processual possibilita a edificação de mais uma etapa no desenvolvimento do processo. No procedimento realizado em contraditório, a finalidade do ato importa, conseqüentemente, em inexistência de prejuízo na participação das partes.

O prejuízo processual é o entrave que impossibilita a participação das partes na medida em que o modelo normativo do processo a permite (prejuízo como dano aos objetivos do contraditório).

O prejuízo impede que se alcance a finalidade do processo, que é a emanção da sentença, dada pelo juiz, como órgão do Estado, mas elaborada como ato final de um procedimento que se forma com a garantia de participação daqueles que suportarão os seus efeitos.

O prejuízo é a desfiguração da finalidade do processo, como procedimento que prepara o provimento em contraditório entre as partes” (Aroldo Plínio Gonçalves, Nulidades no processo, Aide, 1993, p. 46 e 60/62).

“1. O defeito de forma só deve acarretar a anulação do ato processual impassível de ser aproveitado (art. 250 do CPC) e que, em princípio, cause prejuízo à defesa dos interesses das partes ou sacrifique os fins de justiça do processo. Consagração da máxima *pas de nullité sans grief*.

Deveras, informado que é o sistema processual pelo princípio

da instrumentalidade das formas, somente a inutilidade que sacrifica os fins de justiça do processo deve ser declarada” (Resp n.º 532.577, Min. Luiz Fux).

“A sistemática do processo civil é regida pelo princípio da instrumentalidade das formas, devendo ser reputados válidos os atos que cumpram a sua finalidade essencial, sem que acarretem prejuízos aos litigantes, sendo certo que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza” (AgRgAI n.º 508.361, Min. Nancy Andrighi).

Nesse contexto, é oportuno evocar as advertências do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira e de Cândido Rangel Dinamarco:

“O processo não é um jogo de espertezas, mas instrumento ético da jurisprudência para a efetivação dos direitos da cidadania” (Resp n.º 65.906).

“As exigências legais não de ser interpretadas por critérios presididos pela razoabilidade e não se pode perder de mente que a lei é feita com vistas a situações típicas que prevê, merecendo ser modelada, conforme o caso, segundo as peculiaridades de casos atípicos” (RJTJESP, 102/27).

As formalidades processuais não devem constituir obstáculo à concretização do Direito e à punição daqueles que o afrontam, notadamente quando causam prejuízo ao erário. Se visam assegurar o direito à ampla defesa, v. g., a sua inobservância não constituirá causa de nulidade do processo quando evidente a ausência de prejuízo ao seu exercício.

1.3. As exigências do § 1º do art. 16 e dos §§ 7º e 8º do art. 17 da Lei 8.429/92 têm correspondência com aquelas inseridas no Capítulo II do Código de Processo Penal, que trata do “processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos”:

(...)

Discorrendo acerca delas, assinala Júlio Fabbrini Mirabete: *“A falta de notificação preliminar na hipótese de crimes funcionais é causa de nulidade relativa, que deve ser alegada no momento oportuno, ficando sanada com a preclusão. Deve ser argüida nas alegações finais e não pode ser reconhecida pelo tribunal em recurso exclusivo da acusação. Tem-se exigido, também, a prova do prejuízo [o destaque não consta do original]. Não se compreende que, após uma sentença condenatória só pronunciada, em tese, quando há prova do crime e da autoria, após instrução contraditória, se anule o processo ab initio apenas por não ter sido concedida a possibilidade de o acusado tentar comprovar, antes do recebimento da inicial, a inexistência*

de elementos para o oferecimento da denúncia ou queixa” (Código de processo penal interpretado, Atlas, 9ª ed., 2001, p. 1.316/1.317).

Por analogia, a lição de Mirabete - que admite haver controvérsia em torno do tema (op. cit., p. 1.317; RT 566/276; RT 611/323; RTJ 103/157; RT 572/412; ROHC n.º 1.503 e REsp n.º 1.769, Min. José Cândido de Carvalho Filho) - se aplica ao caso em exame. (grifos nossos)

Tão certo o entendimento pela consideração da relatividade da nulidade por ausência de cumprimento de notificação prévia, mencionada pelo §7º, do art. 17, da LIA, que, em julgamento do Recurso Especial de nossa autoria (REsp nº 1.125.275-PB), interposto no processo 027.2001.001135-4/001, o Superior Tribunal de Justiça acolheu na íntegra as razões declinadas no apelo especial, por corroborar com a tese nele contida, *ex vi* do teor da ementa e trechos do respectivo Acórdão:

ADMINISTRATIVO – IMPROBIDADE – LEI N. 8.429/1992 – DEFESA PRELIMINAR – INEXISTÊNCIA – NULIDADE RELATIVA – NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO – IMPOSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO DE OFÍCIO – RECURSO ESPECIAL PROVIDO. Assiste razão ao recorrente quando aponta a divergência jurisprudencial. Nos termos da orientação sedimentada na Segunda Turma, a ausência de notificação prévia, exigida pelo art. 17, § 7º da Lei de Improbidade Administrativa, não é vício que implica em nulidade absoluta, mas sim relativa, devendo ser alegada pela parte e demonstrado o efetivo prejuízo.

Referências

BRASIL . *Código de processo civil*: Lei nº 5.869. Brasília: Senado Federal, 1973.

_____. (Constituição 19880. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 1988.

_____. *Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429*. Brasília: Senado Federal, 1992.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Repositório jurisprudencial*.

_____. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. *Repositório jurisprudencial*.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Repositório jurisprudencial*.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2002. 2v.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Nulidades no processo* .[s.l.] :Aide, 1993.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Código de processo penal interpretado*. 9. ed. São Paulo:Atlas, 2001.

MORAES, Alexandre. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional* . São Paulo: Atlas, 2002.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios fundamentais* : teoria geral dos recursos. São Paulo: RT, 1997.